



MINISTÉRIO DO TURISMO
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo
Fundo Geral de Turismo

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2013

FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

PERÍODO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013



MINISTRO DO TURISMO
Vinícius Nobre Lages

Secretaria Executiva
Sérgio Braune Solon de Pontes

Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo-Substituto
Carlos Henrique Menezes Sobral

Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo
Jean Marcel Fernandes

Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo
Roberto Coelho Flausino



FUNDO GERAL DE TURISMO

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Equipe técnica:

Hugo Araújo Lucena

Sérgio Silva Baptista

Vandir Chalegra Cassiano



MINISTÉRIO DO TURISMO
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo
Fundo Geral de Turismo

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão, exercício de 2013, apresentado ao Órgão de Controle Externo, como Prestação de Contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013; da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013; e da Portaria – TCU nº 175/2013, todos do Tribunal de Contas da União; e observando, ainda, as orientações constantes da Portaria CGU nº 133/2013, da Controladoria Geral da União.

BRASÍLIA, 31.03.2014

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Série dotação orçamentária 2008-2013

Gráfico II – Demonstrativo da receita total 2008-13

Gráfico III- Volume de financiamento acumulado

Gráfico IV – Comportamento da receita total 2010-2013

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Plano de Ação 2013 e as atividades específicas do FUNGETur

Quadro II – Avaliação do sistema de controle interno da UJ

Quadro III – Comportamento dos valores financiados com recursos do fundo

Quadro IV – Participações acionárias do FUNGETur– Controle Público

Quadro V - Participações acionárias do FUNGETur– Controle Privado

Quadro VI – Relação dos empreendimentos concebidos com recursos do FUNGETur

Quadro VII-A – Demonstrativo dos valores liberados pelo FUNGETur – EMP. PÚBLICA

Quadro VII-B – Demonstrativo dos valores liberados pelo FUNGETur – EMP. PRIVADA

Quadro VIII-A – Participação acionária FUNGETur – EMP. PÚBLICA

Quadro VIII-B – Participação acionária FUNGETur – EMP. PRIVADA

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ	07
1.2. Finalidade e competências institucionais da Unidade Jurisdicionada	08
1.3. Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	09

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	11
2.2. Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos	13
2.3. Informações sobre os resultados da gestão	14

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DE GESTÃO

3.1. Avaliação do funcionamento dos controles internos	15
--	----

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ	16
4.2. Informações sobre a execução orçamentária e financeira	16
4.3. Análise do desempenho orçamentário e financeiro da UJ	18
4.4. Transferência de recursos mediante ajustes administrativos	28

5. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

5.1. Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício	28
--	----

6. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO

32

ANEXOS

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO II - DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

ANEXO III - ROL DOS RESPONSÁVEIS

ANEXO IV – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo Geral de Turismo			
Denominação abreviada: FUNGETUR			
Código SIORG: 79237	Código LOA: 74908		Código SIAFI: 187002
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundo especial de financiamento			
Principal Atividade: Fomento			Código CNAE: 8412-4/0
Telefones/Fax de contato:	(61) 2023-8010	(61) 2023-8020	(61) 2023-7698
Endereço eletrônico: fungetur@turismo.gov.br			
Página da Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: SCN Quadra 06, Conjunto “A”, Bloco “A”, Sala 1105 – 11º Andar – Edif. Venâncio 3000 – Shopping Id CEP: 70.716-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 1.191, de 27/10/1971 / Decreto-Lei nº 1.439, de 30/12/1975 / Lei nº 8.181, de 28/03/1991 / Lei nº 10.683, de 28/05/2003 / Lei nº 11.771, de 17/09/2008			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria MTur nº 92, de 29/05/2009			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
...			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

A elaboração deste Relatório de Gestão tem referência na Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, e da Portaria – TCU nº 175/2013, e observando, ainda, as orientações constantes da Portaria CGU nº 133/2013, da Controladoria Geral da União, que orientam as unidades jurisdicionadas quanto à formalização dos processos de tomada e prestação de contas concernentes ao exercício de 2012, nos termos da Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de novembro de 2013.

A estrutura desse Relatório de Gestão observa as orientações de organização e de apresentação estabelecidas nos atos normativos enumerados.

Este relatório evidencia o desempenho do Fundo Geral de Turismo (FUNGETur) em seus diversos segmentos, utilizando informações relacionadas às modalidades de aplicação dos recursos financeiros, passando deste modo uma visão abrangente das atividades desenvolvidas.

1.2. Finalidade e competências institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Fundo Geral de Turismo – FUNGETur, criado pelo Decreto-Lei n. 1.191, de 27 de outubro de 1971, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, e ratificado pela Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, tem a finalidade de prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional, de acordo com o parágrafo único do art. 19 do Decreto-Lei n. 55, de 18 de novembro de 1966.

O FUNGETur foi o responsável pelo financiamento de boa parte da atual infraestrutura turística existente no País. Esse fundo público de financiamento teve sua gestão, durante alguns anos, a cargo do EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo, tendo sua operação regulamentada pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 365, de 07 de abril de 1976, consideradas as linhas gerais e o plano de ação aprovado pelo Conselho Nacional do Turismo – CNTur.

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criou o Ministério do Turismo - MTur e transferiu para esta Pasta, nos termos da alínea “e” do inciso XXIII do art. 27, dessa lei, a gestão do Fundo Geral de Turismo.

A partir de 2006, foram criadas as condições à retomada das operações de financiamento com a edição da Portaria MTur nº 32, de 22 de maio de 2006, que regulamentou a forma de operação e funcionamento do fundo, de modo que os financiamentos passam a obedecer às normas aprovadas; posteriormente, esse ato normativo foi revogado pela Portaria MTur nº 92, de 29 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 01 de junho de 2009. Esta portaria tornou-se assim o marco legal para a consecução efetiva das operações de crédito.

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, denominada Lei Geral do Turismo, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, notadamente, o segmento do fomento à atividade turística, em seus artigos 18, 19 e 20, que cuida do Fundo Geral de Turismo-FUNGETur.

A Lei Geral do Turismo amplia o objeto desse fundo público quando, além das operações de crédito mediante a concessão de financiamento, acrescenta o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, os quais deverão estar abrangidos nos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo-PNT.

O Ministério do Turismo, mediante atuação da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – SNPDTur, exerce a coordenação e supervisão dos recursos próprios provenientes das operações de financiamento, e busca a consolidação dos processos de reestruturação desse fundo público. O FUNGETur consiste em mecanismo de crédito essencial ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social e econômico – geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

1.3. Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

O Ministério do Turismo, entre outros assuntos de sua competência, é responsável pela formulação da política nacional de desenvolvimento do turismo; pela promoção e divulgação do turismo nacional, no País e no exterior; pelo estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; pelo planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo; e pela gestão do Fundo Geral do Turismo.

O fomento à atividade turística ganha relevo com a edição da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, ao estabelecer a possibilidade de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, que desenvolverem programas ou projetos turísticos, receber apoio financeiro do poder público.

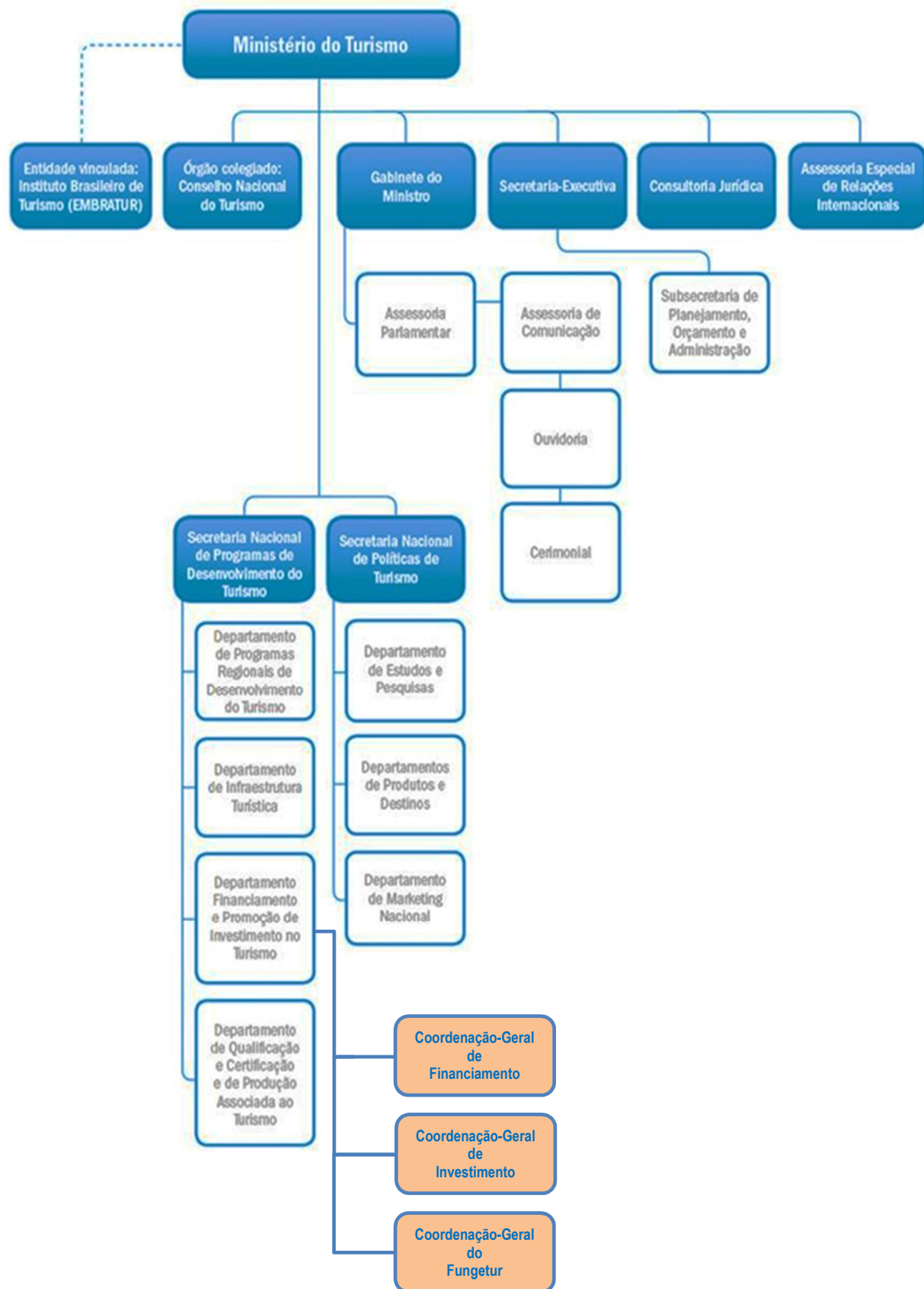
O Fundo Geral de Turismo, entre outros, constitui mecanismo operacional de canalização de recursos financeiros, alocados para suporte às atividades turísticas.

O objeto do FUNGETur, por definição, é o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, os quais deverão estar abrangidos nos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo-PNT. (arts. 18 e 19, da Lei nº 11.771, de 17 de outubro de 2008)

O FUNGETur é, conceitualmente, um fundo especial, regido pelas normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), sem personalidade jurídica, criado por lei (Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971), vinculado ao Ministério do Turismo, com orçamento específico, dispondo de patrimônio próprio, e de autonomia orçamentária e financeira, com a finalidade de fomentar e prover recursos para o financiamento de empreendimentos – obras e serviços – considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

A Coordenação-Geral do Fundo Geral do Turismo, da Estrutura Organizacional do Ministério do Turismo, é competente, entre outras atribuições, para coordenar o estabelecimento de diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos, inclusive, orientar, acompanhar e supervisionar a execução de projetos e programas de financiamento de obras, serviços e atividades turísticas com recursos desse fundo.

A Ilustração a seguir apresenta no âmbito do Ministério do Turismo a situação funcional dessa UJ.



2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Plano Nacional do Turismo – PNT é o instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do turismo. Nele, há um conjunto de diretrizes, metas e programas que orientam a atuação desse Ministério.

Sua formulação consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas com vistas ao desenvolvimento da atividade no Brasil para os próximos anos. Resulta do esforço integrado do governo federal, envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo, nos termos do artigo 6º da Lei nº 11.771/2008.

O PNT 2013-2016 *“O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil”* foi aprovado pelo Decreto nº 7.994, de 24 de abril de 2013, e segue uma estrutura lógica que interliga as diretrizes estratégicas, os objetivos e resultados esperados, e a proposição e o desenvolvimento de programas, projetos e ações.

Ele agrega, ainda, amplo conjunto de informações e dados que norteiam as ações compartilhadas pelo Ministério do Turismo - MTur e a cadeia produtiva do setor em prol do turismo brasileiro.

O Planejamento Estratégico 2012-2015, aprovado pela Portaria MTur nº 179, de 26 de abril de 2012, e o Plano de Ação 2013, pela Portaria MTur nº 30, de 08 de fevereiro de 2013, foram os instrumentos instituídos, no âmbito deste Ministério, e que serviram de balizadores visando ao estabelecimento de diretrizes, metas e programas, no intuito de promover a política de crédito para o setor, nela incluídos, agentes financeiros, linhas de financiamento e custo financeiro, entre outros.

O Planejamento Estratégico 2012-2015 apresenta a missão de desenvolver o turismo sustentável brasileiro como uma atividade econômica competitiva, com papel relevante na geração de emprego, renda e divisas, na inclusão social, na redução de desigualdades regionais e na preservação do meio ambiente, de modo a posicionar o País como uma das três maiores economias turísticas do mundo até 2022.

Este documento de gestão está associado à definição de objetivos gerais e estratégicos a serem observados, agrupados segundo as perspectivas de resultado, dos processos e de aprendizado e inovação.

O planejamento estratégico do Ministério do Turismo 2012-2015 se desdobra em planos anuais. Esses documentos – Planos de Ação –, por sua vez, apresentam iniciativas e ações com as respectivas metas e responsáveis. O Plano de Ação 2013, organizado de forma concreta e efetiva, sintetiza os propósitos a serem alcançados, que, em conjunto, resultarão no cumprimento da missão do MTur.

A gestão estratégica deste Ministério está representada graficamente pelo seu Mapa Estratégico. Ele é a ferramenta adotada pelo Ministério do Turismo com o propósito de definir e comunicar, de modo claro e transparente, a todos os níveis dessa Organização (MTur), o foco e a estratégia de atuação escolhidos, a forma como as ações impactam no alcance dos resultados desejados; de subsidiar a alocação de esforços e de evitar a dispersão de ações e de recursos.

A seguir o Mapa Estratégico do Ministério do Turismo.



Fonte: Ministério do Turismo

O Fundo Geral de Turismo – FUNGETur, por definição legal, tem por objeto o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, os quais deverão estar abrangidos nos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo-PNT. (Art. 18 e 19, da Lei nº 11.771, de 17 de outubro de 2008)

Suas atividades específicas, concentradas no fomento e provisão de recursos para financiamento de empreendimentos turísticos, estão circunscritas à **Ação Orçamentária 0454 – Financiamento da Infraestrutura Nacional**. Os recursos desse fundo representam ingressos adicionais ao fluxo financeiro do poder público.

O Plano de Ação 2013 ressalta que as atividades desse fundo inserem-se e encontram-se retratadas especificamente na iniciativa **4.3.6. Conceder financiamento à iniciativa privada (FUNGETur)**, alinhada ao Objetivo Estratégico – **4.3. Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos**.

A UJ está desprovida de um plano estratégico próprio, mas faz parte do planejamento mais abrangente do Ministério do Turismo, exercendo um papel relevante no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao turismo.

2.2. Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos

Convém destacar que os recursos oriundos do FUNGETur, são alocados às atividades produtivas por meio de linhas de crédito operadas pelas instituições financeiras federais.

A Ação Orçamentária 0454 apoia projetos ou programas considerados de elevado interesse para o desenvolvimento do turismo no País. Os recursos alocados a essa ação destinam-se a implantação, expansão e modernização de empreendimentos com fins turísticos, abrangendo todos os segmentos envolvidos no setor, tais como: hotéis e outros meios de hospedagem, centro de convenções, empreendimentos de entretenimento e lazer, transportadoras turísticas, agências de turismo e terminais de turismo e lazer.

A ilustração a seguir resume a vinculação existente entre o Plano de Ação 2013, o Plano Plurianual da União e a Lei de Orçamento Anual.

Quadro I - PLANO DE AÇÃO 2013 e as atividades específicas do FUNGETur

FOCO: 4 ESTRUTURAÇÃO, FOMENTO E PROMOÇÃO

Objetivo: 4.3. Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Ação/Iniciativa/Projeto	Indicador	Meta	Unidade	Programa PPA	PLOA
4.3.6. Conceder financiamento à iniciativa privada (FUNGETur)	Financiamento concedido	33.201.924,00	DFPIT	02VF	0454

Fonte: Portaria GM nº 30, de 08 de fevereiro de 2013

2.3. Informações sobre os resultados da gestão

A atuação desta UJ baseou-se em 04 atividades estratégicas a serem observadas. São elas:

- a) promover reestruturação do Fundo Geral de Turismo, visando a conferir à atual estrutura organizacional instrumentos capazes de permitir tratamento específico de política pública de fomento, sob o domínio do Ministério do Turismo,
- b) imprimir mudanças nas condições gerais de aplicação dos recursos próprios, provenientes das atividades desse fundo público, no sentido de ampliar o acesso a esses recursos de modo mais favorável a micro e pequena empresa,
- c) manter permanente interlocução com as instituições financeiras federais, na busca de soluções criativas e inovadoras para financiar o setor, na elaboração de novos produtos e serviços financeiros e na implementação de melhorias da linha de crédito existente, e
- d) aprimorar o sistema de informações gerenciais sobre financiamentos e desembolsos de recursos para o setor de turismo.

Em complemento, o FUNGETur atuou no sentido de desenvolver atividades típicas de sua especificidade institucional, tais como:

- a) ampliação do acesso aos recursos do FUNGETur, tornando viável sua aplicação na implantação de novos empreendimentos turísticos;
- b) consolidação dos controles internos impostos aos financiamentos remanescentes e atuais com recursos do FUNGETur, esses concedidos sob a regência das condições gerais de financiamento criadas pelo Ministério do Turismo, como forma de acompanhar a efetiva aplicação de recursos públicos;
- c) reafirmação do compromisso de alienação da participação acionária, incluída no Plano Nacional de Desestatização – PND, mediante o trabalho de atualização de dados cadastrais e de avaliação das Demonstrações Financeiras das Sociedades públicas e privadas, com a finalidade de atualizar os registros do patrimônio acionário do FUNGETur; e
- d) interação permanente entre o Gestor do Fundo, a Procuradoria Jurídica do EMBRATUR e a Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo, de forma a fortalecer o acompanhamento efetivo das ações judiciais propostas pelo Instituto Brasileiro do Turismo, em face de empreendimentos beneficiados com recursos do FUNGETur.

No exercício de 2013, não houve pagamento de Restos a Pagar, referentes a exercícios anteriores; nem registros de cancelamentos no âmbito desta UJ. Esta UJ não se adequa às orientações pertinentes ao parecer da Auditoria Independente.

O FUNGETur assegurou recursos orçamentários da ordem de R\$ 33,2 milhões para atender demanda por operações de financiamento, em 2013. Suas atividades geraram o retorno no montante da ordem de R\$ 43,5 milhões, o que deverá ser objeto de reinvestimentos sob a forma de financiamento em novos projetos.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DE GESTÃO

3.1. Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.						
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.						
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.						
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.						
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.						
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.						
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.						
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.						
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.						
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.						
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.						
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.						
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.						
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.						
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.						
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.						
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.						
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.						
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.						
27. A comunicação das informações permeia todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.						
Monitoramento		1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.						
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.						
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.						

Análise Crítica:
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Fonte: FUNGETur

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ

Ao FUNGETur, não compete a responsabilidade de gerir qualquer programa de governo inscrito na Lei do Plano Plurianual. Ele está circunscrito à ação orçamentária **0454 – Financiamento da Infraestrutura Nacional**, associada à Iniciativa prevista no Plano de Ações 2013 intitulada “**4.3.6. Conceder financiamento à iniciativa privada (FUNGETur)**”, no propósito de aprimorar os instrumentos e as condições de concessão de crédito e financiamento, de modo a permitir que empresários do setor possam ter acessibilidade aos recursos colocados à sua disposição nas instituições financeiras.

4.2. Informações sobre a execução orçamentária e financeira

A Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo é competente para preparar e submeter, anualmente, à Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo a proposta orçamentária do FUNGETur, para inclusão no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), a que se refere o § 5º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988, observados os objetivos definidos nas políticas de desenvolvimento turístico fixadas pelo Plano Nacional de Turismo – PNT.

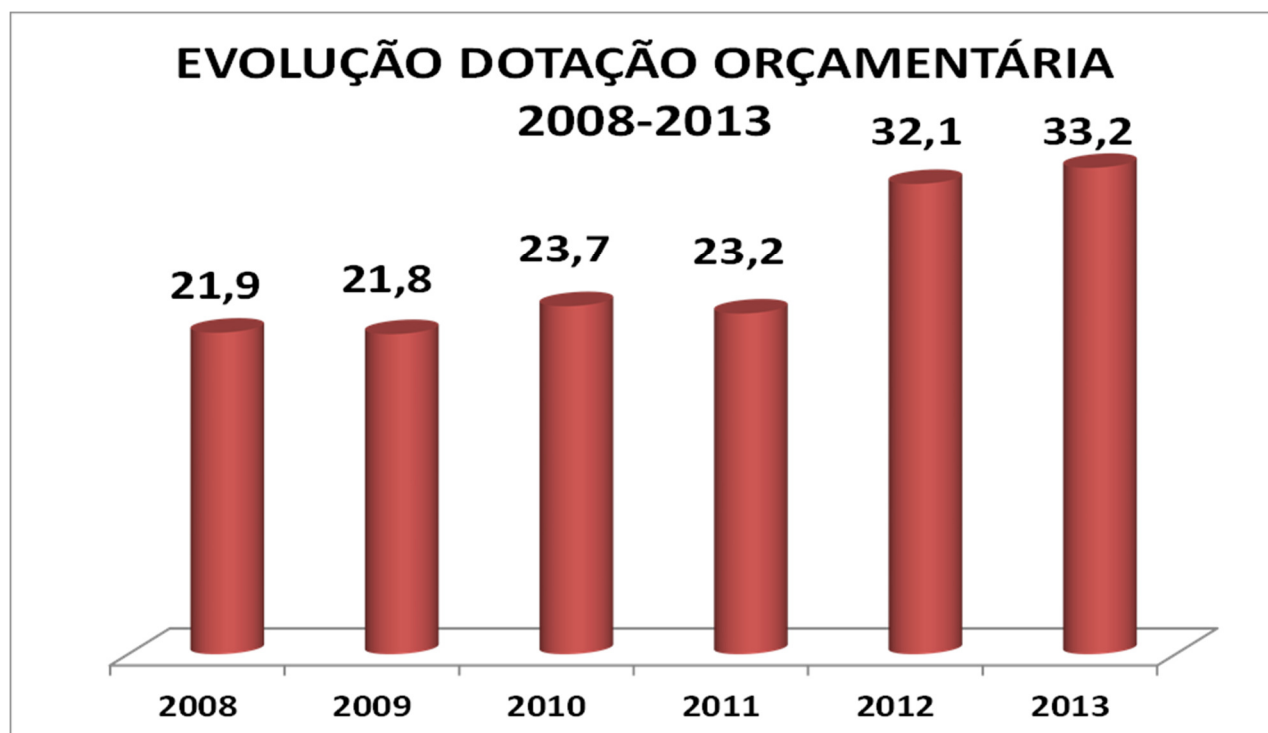
Essa Unidade Administrativa atenta às metas e diretrizes, definidas no Plano Nacional de Turismo e no Plano de Ações, instrumentos de planejamento do Ministério do Turismo, e vinculadas ao Plano Plurianual – PPA e à Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, realiza o monitoramento da execução orçamentária do FUNGETur, em especial quanto aos aspectos da receita e despesa.

Em razão dessa atribuição, a Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo, Unidade Administrativa, integrante da Estrutura Organizacional do Ministério do Turismo, acompanha a evolução da receita auferida pelo Fundo Geral de Turismo, a qual é utilizada como parâmetro na determinação da estimativa da receita financeira desse fundo especial, após análise e avaliação do comportamento dos ingressos financeiros deste fundo.

O gráfico a seguir retrata as dotações orçamentárias do FUNGETur 2008-2013

Gráfico I – Série dotação orçamentária 2008-2013

Unidade: R\$ milhões



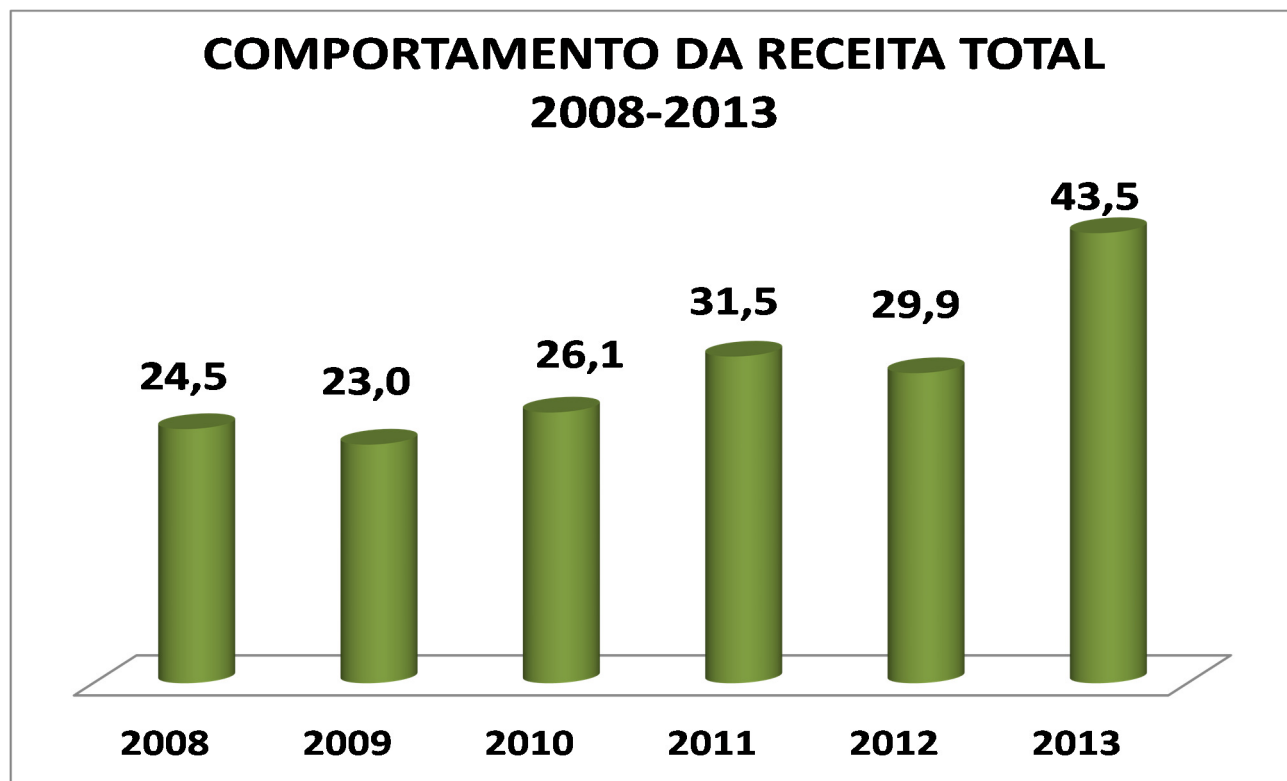
Fonte: Lei Orçamentária Anual

As dotações orçamentárias são definidas tendo como parâmetro o comportamento das receitas pertencentes a esse fundo especial, que decorrem preferencialmente das operações de financiamento. Examinado o conjunto de ingressos financeiros, o Ministério do Turismo e a Secretaria de Orçamento Federal – SOF avaliam as perspectivas de arrecadação do exercício que sofrerá procedimentos de reestimação de valores, com vistas a projetar a dotação orçamentária que será autorizada em lei.

A seguir gráfico demonstrativo da evolução da receita total.

Gráfico II – Demonstrativo da receita total 2008-2013

Unidade: R\$ milhões



Fonte: SIAFI 2013

4.3. Análise do desempenho orçamentário e financeiro da UJ

O FUNGETur patrocina, com recursos financeiros próprios, operações de financiamento mediante a intermediação de agente financeiro, com base nas previsões normativas da Portaria MTur nº 92, de 29 de maio de 2009, que estabelece atualmente as condições de operacionalização dos recursos desse fundo.

Esse fundo de financiamento, em relação às fontes de recursos, é suprido essencialmente pelo reembolso das operações de crédito realizadas a título de financiamento reembolsável e pelo resultado das aplicações em títulos públicos federais.

Com relação às operações de financiamento reembolsável, há aquelas remanescentes a cargo do agente financeiro Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, cujo retorno das parcelas (amortização e juros) experimenta processo de permanente declínio, contribuindo de forma pouco significativa para a formação da receita total.

Os financiamentos concebidos, sob a regência das normas constantes da citada portaria, vêm se mostrando fonte primordial de receita financeira. Esse normativo representa as premissas básicas voltadas à definição das condições de operação e funcionamento deste fundo especial, vindo a propiciar ao FUNGETur as condições mínimas de ingressos financeiros.

Os financiamentos, em vigor, patrocinados pelo FUNGETur, são os constantes do quadro a seguir, destacando-se os valores efetivamente contratados até março de 2013:

Quadro III – Comportamento dos valores financiados com recursos do fundo

Valores em R\$ 1,00

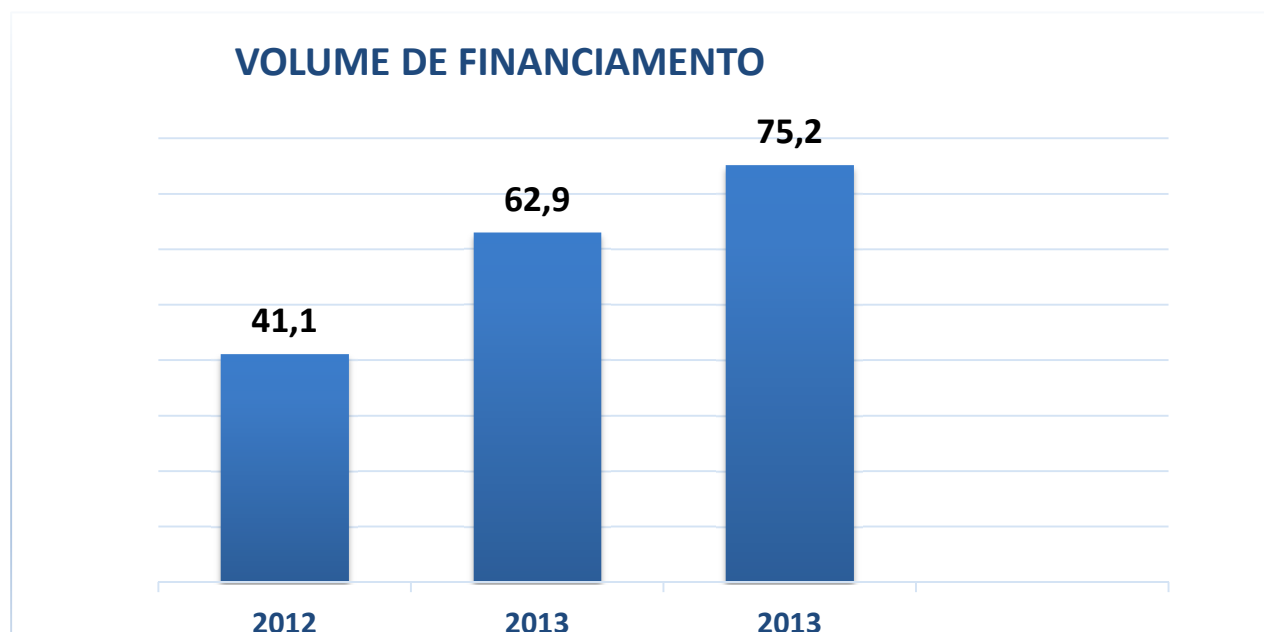
Agente	Mutuário Final	Cidade / Estado	Parcela FUNGETur		Valor Liberado	Saldo Devedor 01/2014
			R\$	(%)		
CAIXA	Fund. Parque Ev. Des. Bento Gonçalves	Bento Gonçalves - RS	4.888.797,00	80	4.888.797,00	-
	Companhia Thermas do Rio Quente	Goiânia - GO	10.000.000,00	80	10.000.000,00	-
	Estância Hidromineral Verê Ltda	Cascável - PR	2.266.831,00	80	2.266.831,00	-
	Antoniolli Hotéis e Turismo Ltda	Lupicínio Rodrigues - RS	1.634.146,00	80	1.634.146,00	-
	Pousada Vila Passaredo Ltda	Curitiba - PR	1.287.903,00	80	1.253.620,83	34.282,17
	S. Lewin e Cia Ltda	Porto Alegre - RS	752.792,00	80	752.792,00	-
	Pousada Pedra da Ilha	Penha - SC	2.252.326,00	80	2.252.326,00	-
	Irmãos Cantelle Cia. Ltda	Frederico Westphalen - SC	400.000,00	80	400.000,00	-
	JB Word S/A	Penha - SC	3.000.000,00	80	3.000.000,00	-
	Contagem Centro Hotel	Contagem - MG	900.000,00	80	869.237,03	30.762,97
	Free Time Turismo	Belo Horizonte - MG	667.779,00	80	667.779,00	-
	Copa Sul	Rio de Janeiro - RJ	438.252,00	80	438.252,00	-
	Vital Pereira Emp. Imobiliários Ltda	Canoinhas - RS	1.500.000,00	80	1.500.000,00	-
	A A S Queiroz - ME	Cruzeiro do Sul - AC	1.470.392,00	80	1.470.392,00	-
	Serra Azul Water Park S/A	Itupeva - SP	6.800.000,00	80	6.591.950,38	208.049,62
	Vila Ventura Hotéis Ltda	Porto Alegre - RS	6.880.000,00	80	3.641.520,98	3.238.479,02
	CVS Hotel e Turismo Ltda	Porto Alegre - RS	1.700.000,00	80	1.671.933,24	28.066,76
	Grande Hotel Poncinho do Rio Verde	Poços de Caldas - MG	2.940.042,00	80	2.940.042,00	-
	Hotelar - Hotel e Turismo Ltda	Santa Cruz do Sul - RS	2.060.648,00	80	1.981.928,00	78.720,00
	Antonio Marcos F. Viana	Jaguarão - RS	1.000.000,00	80	900.556,88	99.443,12
	Hotel Garibaldi - Tricia Abensur	Porto Alegre - RS	617.568,00	80	501.054,72	116.513,28
	Hotel Amantikir	Itajubá - MG	4.789.153,00	80	4.077.389,94	711.763,06
	Hotelar - Hotel e Turismo Ltda	Santa Cruz do Sul - RS	869.950,00	80	810.254,72	59.695,28
	Terras Altas Empreendimentos Imobiliários de Hotelaria e Lazer Ltda	Itapeverica da Serra - SP	4.100.000,00	80	3.761.990,00	338.010,00
	Actual Hotel e Eventos Ltda	Contagem - MG	7.555.993,00	80	5.238.570,46	2.317.422,54
	Foz Presidente Hotel Ltda	Foz do Iguaçu - PR	1.600.293,00	80	1.390.926,60	209.366,40
	Hotel Heteropolis Ltda EPP	São Bernardo do Campo - SP	1.979.546,00	80	1.859.215,31	120.330,69
	Pousada Relíquias do Tempo	Diamantina - MG	640.000,00	80	608.064,00	31.936,00
	Hotel JM Ferreira Ltda	Caeté - MG	480.000,00	80	480.000,00	-
	Gasperin Filho e Cia Ltda	São José do Cedro - SC	647.522,00	80	647.522,00	-
	Org. Santamariense de Hotéis S/A	Santa Maria - RS	1.510.000,00	80	1.510.000,00	-
	Bontur S/A - Bondinhos Aéreos	Balneário Camboriú - SC	3.600.000,00	80	3.600.000,00	-
	JC Empreendimentos Ltda	Palmas - TO	6.240.449,00	80	1.592.802,25	4.647.646,75
Total Geral			87.470.382,00		75.199.894,34	12.270.487,66

Fonte: FUNGETur - CAIXA

A carteira de financiamentos está avaliada em **R\$ 75.199.894,34 (setenta e cinco milhões, cento e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, valores atualizados em dezembro de 2013. Ela cresceu 19,5% (dezenove vírgula cinco por cento) com relação ao ano anterior.

Gráfico III – Volume de financiamento acumulado

Unidade: R\$ milhões



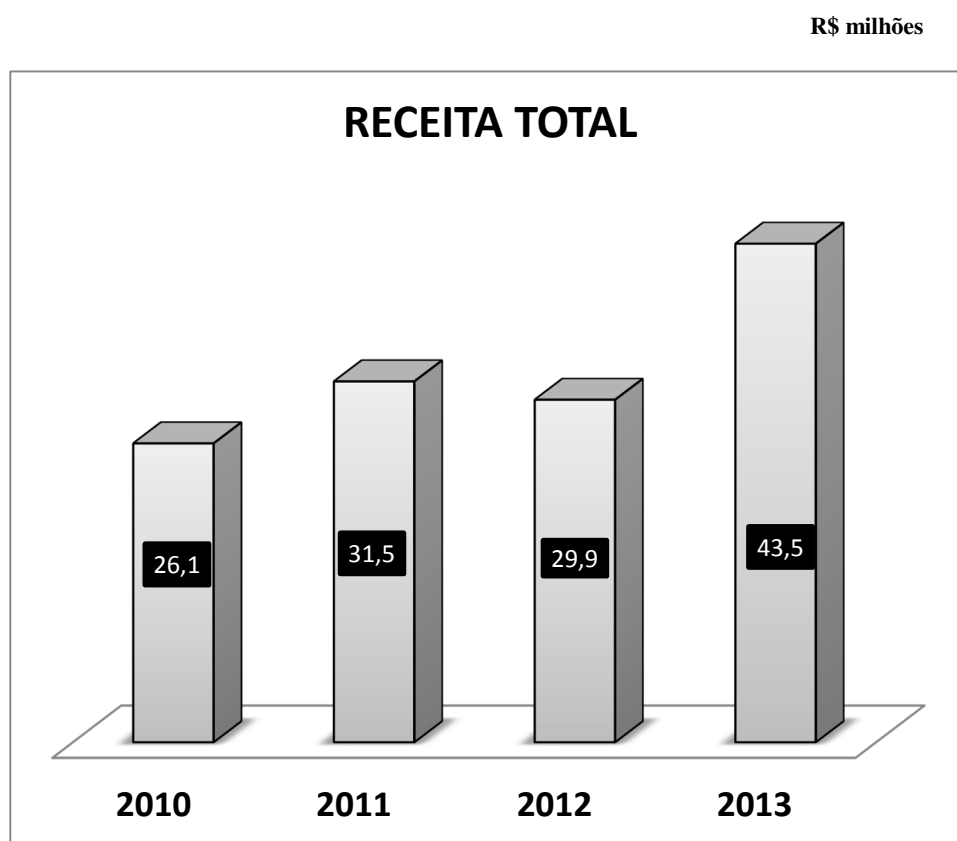
Fonte: FUNGETur

No tocante à arrecadação, a receita total alcançada foi da ordem de R\$ 43,5 milhões, conforme dados extraídos do SIAFI.

O total compreende as parcelas de amortização e juros, oriundas de financiamentos concedidos, somadas aos rendimentos da aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional, acrescidas das parcelas de dividendos, decorrentes da participação acionária do fundo em diversas empresas.

A seguir, o gráfico sintetiza o comportamento da receita no período 2010-2013.

Gráfico IV– Comportamento da Receita Total 2010 – 2013



Fonte: FUNGETUR

Outro aspecto relevante da gestão desse fundo se refere à participação acionária.

Numa visão analítica dessas participações acionárias, a situação atual está destacada, segundo informações disponíveis em 31.12.2013, nos Quadros IV e V, a seguir, os quais identificam as diversas participações por nome, tipo de empresa, tipo de ações integralizadas (representadas por ON – ações ordinárias nominativas e PN – ações preferenciais nominativas), quantidade de ações, recursos (liberados e atualizados) e percentual da participação do fundo em cada um dos empreendimentos.

Quadro IV – Participações acionárias do FUNGETur – Controle Público

Referência: data do balanço patrimonial disponível												
SOCIEDADES PÚBLICAS	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES DA SOCIEDADE			QUANTIDADE DE AÇÕES DO FUNGETUR			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RECURSOS LIBERADOS		POSIÇÃO DO INVESTIMENTO	
		ON	PN	TOTAL SOCIEDADE	ON	PN	TOTAL FUNGETUR		EM BTN's	VALOR INVESTIDO ATUALIZADO	VALOR ATUAL	LUCRO OU PREJUÍZO
				(A)			(B)					
								(C)		(D)	(E) = (B/A) X (C)	(E) - (D)
ANHEMBI	31/12/12	4.460.348	114.095	4.574.443	22.588	0	22.588	R\$ 75.897.000,00	274.098,1687	430.991,96	374.769,44	(R\$ 56.222,52)
BAHIATURSA	31/12/12	76.286.104	961.431	77.247.535	1.274.645	276.725	1.551.370	R\$ 5.555.325,00	9.663.787,4959	15.195.339,46	111.568,15	(R\$ 15.083.771,31)
CIPRATUR	31/12/12	276.308.887	0	276.308.887	8.253.080	0	8.253.080	R\$ 16.974.712,06	484.653,8284	762.069,68	507.018,28	(R\$ 255.051,40)
CODECE	31/12/12	15.203.295	286.133	15.489.428	29.151	0	29.151	R\$ 18.148.000,00	86.775,7438	136.446,18	34.154,41	(R\$ 102.291,76)
CURITIBA	31/12/12	10.149.927	0	10.149.927	1.710.259	0	1.710.259	R\$ 6.001.000,00	1.500.813,6301	2.359.879,35	1.011.166,31	(R\$ 1.348.713,04)
DATANORTE	31/12/08	1.954.853	0	1.954.853	327	0	327	(R\$ 24.658.740,00)	215.838,1847	339.383,96	(4.124,82)	(R\$ 343.508,78)
EMPETUR	31/12/12	32.382.637.267	15.227.278.478	47.609.915.745	0	15.227.278.262	15.227.278.262	R\$ 43.463.229,00	7.741.227,3189	12.172.305,84	13.901.026,12	R\$ 1.728.720,28
EMSETUR	31/12/12	3.077.556	0	3.077.556	47.719	0	47.719	R\$ 12.647.586,86	309.468,0039	486.607,49	196.106,97	(R\$ 290.500,51)
FENAC	31/12/12	2.781	671	3.452	0	131	131	R\$ 30.499.352,33	73.202,3902	115.103,44	1.157.420,38	R\$ 1.042.316,94
FESTA DA UVA	31/12/12	10.108.090	0	10.108.090	81.790	0	81.790	R\$ 12.025.495,15	65.127,7283	102.406,84	97.304,76	(R\$ 5.102,08)
FOZ DO IGUAÇU	31/12/12	27.080.908	0	27.080.908	2.241.798	0	2.241.798	R\$ 11.033.107,62	3.198.131,3925	5.028.741,80	913.337,12	(R\$ 4.115.404,68)
PROMINAS	31/12/12	40.570.893	0	40.570.893	2.847.072	0	2.847.072	R\$ 22.468.318,00	3.241.370,0429	5.096.730,26	1.576.719,52	(R\$ 3.520.010,73)
RIOCENTRO	31/12/12	61.660.357	17.635.487	79.295.844	0	7.329.208	7.329.208	(R\$ 8.669.372,51)	3.989.346,0316	6.272.847,70	(801.298,42)	(R\$ 7.074.146,12)
SANTUR	31/12/12	3.391.511	137.160	3.528.671	103.777	0	103.777	R\$ 928.717,03	84.871,6818	133.452,23	27.313,25	(R\$ 106.138,98)
SELTUR	31/12/12	42.773.369	0	42.773.369	737.621	0	737.621	R\$ 1.917.121,01	1.076.898,3448	1.693.314,96	33.060,49	(R\$ 1.660.254,46)
SENETUR	31/12/12	35.687.438	0	35.687.438	15.166.205	0	15.166.205	R\$ 4.340.015,28	1.147.617,3895	1.804.513,58	1.844.390,21	R\$ 39.876,63
RIMO	31/12/99	7.356.704	0	7.356.704	318.561	0	318.561	R\$ 9.115.027,00	246.182,2571	387.096,98	394.700,14	R\$ 7.603,16
CAIOBÁ	31/12/94	11.459.156	0	11.459.156	3.729.699	0	3.729.699	R\$ 1.045.947,00	422.145,3340	663.781,32	340.432,36	(R\$ 323.348,97)
CONCLAVE	31/12/90	759.333	0	759.333	36.045	0	36.045	R\$ 34.168.764,73	254.102,6584	399.551,02	-	-

Nota : ① Valor do Investimento atualizado pela BTNF - 1,5724, de 31/12/2013.

Quadro V – Participações acionárias do FUNGETur – Controle Privado

Referência: data do balanço patrimonial disponível													
SOCIEDADES PRIVADAS	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES DA SOCIEDADE			QUANTIDADE DE AÇÕES DO FUNGETUR			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RECURSOS LIBERADOS		POSIÇÃO DO INVESTIMENTO		
		ON	PN	TOTAL SOCIEDADE (A)	ON	PN	TOTAL FUNGETUR (B)		(C)	EM BTNs	VALOR INVESTIDO ATUALIZADO (D)	VALOR ATUAL (E) =(B/A) X (C)	LUCRO OU PREJUÍZO (E) - (D)
CIA PERNAMBUCANA	31/12/11	3.520.754	1.565.027	5.085.781	274.935	0	274.935	R\$ 455.762,42	148.098,8802	232.870,68	24.638,31	(R\$ 208.232,37)	
COPACABANA RIO	31/12/09	9.775.006	0	9.775.006	2.010.410	0	2.010.410	R\$ 2.685.326,37	852.338,9874	1.340.217,82	552.286,82	(R\$ 787.931,00)	
LAJE DE PEDRA	31/12/12	6.949.961	3.603.887	10.553.848	63.465	0	63.465	R\$ 24.286.600,00	1.027.596,4905	1.615.792,72	146.046,17	(R\$ 1.469.746,55)	
SANTAMARIENSE	31/12/12	3.528.606	24.272	3.552.878	640.073	0	640.073	R\$ 4.083.208,37	280.870,4445	441.640,69	735.615,30	R\$ 293.974,62	
HOTELERA	31/12/12	1.982.371.912	6.700.320	1.989.072.232	45.948.473	0	45.948.473	R\$ 165.695,93	173.408,2221	272.667,09	3.827,65	(R\$ 268.839,44)	
SISAL BAHIA	31/12/05	420.699	514.072	934.771	0	89.339	89.339	(R\$ 6.030.407,97)	1.632.582,0000	2.567.071,94	(576.345,03)	(R\$ 3.143.416,96)	
SISAL RIO	31/12/05	625.447.115	508.024.481	1.133.471.596	0	48.450.133	48.450.133	R\$ 22.038.854,46	252.069,9926	396.354,86	942.048,69	R\$ 545.693,83	
PORTOBELLO	31/12/11	7.160	399	7.559	375	0	375	R\$ 62.087.067,93	2.828.149,7990	4.446.982,74	3.080.123,09	(R\$ 1.366.859,65)	
GAMASA	31/12/06	234.779	33.327	268.106	20.633	0	20.633	R\$ 3.053.852,00	86.673,4200	136.285,29	235.019,46	R\$ 98.734,18	
NOVA LINDÓIA	31/12/11	2.658.124	1.170.195	3.828.319	0	652.589	652.589	(R\$ 6.183.191,00)	908.903,2559	1.429.159,48	(1.054.008,93)	(R\$ 2.483.168,41)	
SALVADOR PRAIA	31/12/00	111.336.198	33.248.560	144.584.758	0	17.857.142	17.857.142	R\$ 4.825.253,00	484.392,6639	761.659,02	595.949,60	(R\$ 165.709,43)	
MARINA PORTO BÚZIOS	31/12/09	219.831.085	0	219.831.085	48.744.971	0	48.744.971	R\$ 140.000,00	1.084.961,9631	1.705.994,19	31.043,36	(R\$ 1.674.950,83)	
BAPA	31/12/98	6.461.908	1.769.113	8.231.021	1.521.059	0	1.521.059	R\$ 19.404.924,83	3.167.394,5163	4.980.411,14	3.585.950,70	(R\$ 1.394.460,43)	
TAMENGO	31/12/94	2.610.293	96.066	2.706.359	1.035.753	0	1.035.753	R\$ 3.547.000,00	1.369.715,8256	2.153.741,16	1.357.475,45	(R\$ 796.265,72)	
TROPICANA	31/12/92	5.399.056	4.064.764	9.463.820	0	1.334.680	1.334.680	Cr\$ 12.669.096.464,00	89.606,5398	140.897,32	-	R\$ 0,00	
ENTRE RIOS	31/12/91	2.305.134	113.995.775	116.300.909	378.512	0	378.512	Cr\$ 7.112.000.657,44	808.857,5400	1.271.847,60	-	R\$ 0,00	
IRSA	31/12/91	70.948.698	37.048.666	107.997.364	11.146.092	0	11.146.092	Cr\$ 619.017.238,00	202.716,4692	318.751,38	-	R\$ 0,00	
NOVOS HOTÉIS DE BRASÍLIA	31/12/87	2.496.151.627	2.804.564.250	5.300.715.877	0	845.363.631	845.363.631	Cz\$ 212.306.000,00	277.945,0735	437.040,83	-	R\$ 0,00	

Nota : ① Valor do Investimento atualizado pela BTNF - 1,5724, de 31/12/2013.

Essas participações representaram meio de descentralização de recursos com o objetivo de ampliar a oferta turística nacional, mediante a implementação de empreendimentos hoteleiros, terminais turísticos e centros de convenções, assim como o saneamento financeiro. As participações acionárias do FUNGETur foram aplicadas nos empreendimentos a seguir discriminados

Quadro VI – Relação dos empreendimentos concebidos com recursos do FUNGETUR

CENTRO DE CONVENÇÕES	EMPREENDIMENTOS
ANHEMBI - TUR. E EV. DA CIDADE DE SÃO PAULO S/A	PARQUE DE EXPOSIÇÕES ANHEMBI - SP
BAHIATURSA - EMP. DE TUR. DA BAHIA S/A	CENTRO DE CONV. DE SALVADOR - BA
CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA S/A	CENTRO DE CONV. DE CURITIBA - PR
CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU S/A	CENTRO DE CONV. DE FOZ DO IGUAÇU - PR
CENTRO DE CONVENÇÕES DE CAIOBÁ S/A	CENTRO DE CONV. DE CAIOBÁ - PR
CENTRO INTERNACIONAL RIOTUR S/A - RIOCENTRO	RIOCENTRO
CIA. DE DESENV. DO CEARÁ S/A - CODECE	CENTRO DE CONV. DO CEARÁ - CE
EMP. DE TUR. DE PERNAMBUCO S/A - EMPETUR	CENTRO DE CONV. DE PERNAMBUCO - PE
CIA. MINEIRA DE PROMOÇÕES S/A - PROMINAS	CENTRO DE CONV. ISRAEL PINHEIRO; MUSEU DE MINERALOGIA; E CENTRO DE APOIO TURÍSTICO TANCREDO NEVES - MG
FENUVA - FESTA NAC. DA UVA TUR. E EMPREEN. S/A	PARQUE DE EXPOSIÇÕES FENUVA - RS
FENAC – FEIRAS E EMPREEN. TURÍSTICOS S/A	PARQUE DE EXPOSIÇÕES FENAC
CONCLAVE - EMPREEN. TURÍSTICOS E CULTURAIS S/A	CENTRO DE CONV. DE TERESINA - PI
TERMINAIS TURÍSTICOS	EMPREENDIMENTOS
CIA PRAIAGRANDESE DE TURISMO - CIPRATUR	TERMINAL TURÍSTICO DE PRAIA GRANDE
EMSETUR - EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A	COMPLEXO BALNEÁRIO DE SALGADO - SE
SANTUR – SANTA CATARINA TURISMO S/A	PARQUE BALNEÁRIO CAMBURIÚ - SC
SELTUR - SETE LAGOAS, TURISMO, LAZER E CULTURA S/A	ANFITEATRO PARQUE DA CASCATA; GRUTA DO REI DO MATO; E CENTRO DE APOIO TURÍSTICO
REDES ESTATAIS DE HOTÉIS	EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS
EMPROTURN - EMPRESA DE PROM. E DESEN. TUR. RN	HOTEL BARREIRA ROXA - RN
RIMO - REDE INTEGR. DE HOTÉIS E Pousadas DO PIAUÍ	REDE DE HOTÉIS - PI
SENETUR - SERRA NEGRA EMPRESA DE TURISMO S/A	GRANDE HOTEL SERRA NEGRA - SP
EMPRESAS HOTELEIRAS	EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS
BÚZIOS PALACE HOTEL S/A	BÚZIOS PALACE HOTEL - RJ
CAETÉS HOTÉIS E TUR. S/A	HOTEL PORTO DE BOCAÍNA - SP
CAPITAL CENTER HOTÉIS S/A	HOLIDAY INN CROWNE PLAZA - SP
CIA. PERNAMBUCANA DE HOTÉIS E TURISMO	HOTEL JANGADEIRO - PE
COPACABANA RIO S/A	HOTEL COPACABANA - RJ
EMPREEN. HOTELEIROS, PARTICIPAÇÕES BAPA S/A	COMPLEXO PORTO BRACUHI - RJ
EMPREEN. HOTELEIROS ENTRE RIOS S/A	HOTEL COXIM - MS
GAMASA HOTÉIS E TURISMO S/A	MARINA SUL HOTEL - SC
HOTEL LAJE DE PEDRA S/A	HOTEL LAJE DE PEDRA - RS
HOTEL PORTOBELLO S/A	HOTEL PORTOBELLO - RJ
HOTEL TROPICANA S/A	HOTEL TROPICANA - PB
IRSA - HOTÉIS E TURISMO S/A	DUCAL PALACE HOTEL - RJ
MARINA PORTO BÚZIOS HOTÉIS E TURISMO S/A	MARINA PORTO BÚZIOS HOTEL - RJ
NOVA LINDÓIA HOTÉIS E TURISMO S/A	VACANCE HOTEL - SP

NOVOS HOTÉIS DE BRASÍLIA S/A	PARANOÁ PARK HOTEL - DF
ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A	ITAMBÉ PALACE HOTEL - RS
SALVADOR PRAIA HOTEL S/A	SALVADOR PRAIA HOTEL - BA
SISAL BAHIA HOTÉIS E TURISMO S/A	HOTEL MERIDIEN BAHIA - BA
SISAL RIO HOTÉIS E TURISMO S/A	HOTEL MERIDIEN RIO - RJ
SOPRAC HOTÉIS S/A	SÃO LOURENÇO PARK HOTEL - SP
TAMENGO EMPREEN. HOTELEIROS S/A	SOLAR DO PANTANAL HOTEL DE LAZER - MS
HOTELEIRA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	HOTEL SOLAR DA BARRA - RS

Fontes: 1) FUNGETur – EMBRATUR: Relatório GT-96, de 20 de dezembro de 2004, pp. 8 e 9.
2) Documentos diversos.

As informações a seguir discriminam o montante de recursos liberados pelo FUNGETur, atualizados em 31.12.2013, de acordo com o valor da BTN de R\$ 1,5724, extraído do *site* da STN – Secretaria Nacional do Tesouro.

Quadro VII-A – Demonstrativo dos valores liberados pelo FUNGETUR – EMP.PÚBLICAS

Data referência: 31.12.2013

SOCIEDADE SOB CONTROLE PÚBLICO	EM BTN's	VALOR ATUALIZADO 31/12/2012	VALOR ATUALIZADO 31/12/2013
		BTN 1,5702	BTN 1,5724
São Paulo Turismo S/A - ANHEMBI	274.098,1687	430.388,95	430.991,96
BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A	9.663.787,4959	15.174.079,13	15.195.339,46
CIPRATUR - Companhia Praiagrandense de Turismo	484.653,8284	762.069,68	762.069,68
Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE	86.775,7438	136.255,27	136.446,18
Centro de Convenções de Curitiba S/A - CURITIBA	1.500.813,6301	2.356.577,56	2.359.879,35
DATANORTE – Cia. De Processamento de Dados do Rio Grande do Norte	215.838,1847	338.909,11	339.383,96
EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco S/A	7.741.227,3189	12.155.275,14	12.172.305,84
EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo S/A	309.468,0039	485.926,65	486.607,49
FENAC – Feiras e Empreendimentos Turísticos	73.202,3902	114.942,39	115.103,44
Festa Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S/A - FESTA DA UVA	65.127,7283	102.263,56	102.406,84
Centro de Convenções de Foz do Iguaçu S/A - FOZ DO IGUAÇU	3.198.131,3925	5.021.705,91	5.028.741,80
Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS	3.241.370,0429	5.089.599,24	5.096.730,26
RIOCENTRO – Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro	3.989.346,0316	6.264.071,14	6.272.847,70
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A	84.871,6818	133.265,51	133.452,23
SELTUR – Sete Lagoas Turismo, Lazer e Cultura S/A	1.076.898,3448	1.690.945,77	1.693.314,96
SENETUR – Serra Negra Empresa de Turismo S/A	1.147.617,3895	1.801.988,83	1.804.513,58
RIMO – Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí S/A Piauí Turismo	246.182,2571	386.555,38	387.096,98
Centro de Convenções de Caiobá S/A	422.145,3340	662.852,60	663.781,32
CONCLAVE – Empreendimentos Turísticos e Culturais S/A /Piauí Turismo	254.102,6584	398.992,00	399.551,02
TOTAL	34.075.657,6255	53.506.663,82	53.580.564,05

Fonte: FUNGETur

Quadro VII-B – Demonstrativo dos valores liberados pelo FUNGETur – EMP.PRIVADAS

Data referência: 31.12.2013

SOCIEDADE SOB CONTROLE PRIVADO	EM BTNs	VALOR ATUALIZADO 31/12/2012	VALOR ATUALIZADO 31/12/2013
		BTN 1,5702	BTN 1,5724
Cia. Pernambucana de Hotéis e Turismo	148.098,8802	232.544,86	232.870,68
Copacabana Rio Hotel S/A	852.338,9874	1.338.342,68	1.340.217,82
Hotel Laje de Pedra S/A	1.027.596,4905	1.613.532,01	1.615.792,72
Organização Santamariense de Hotéis S/A	280.870,4445	441.022,76	441.640,69
Hoteleira – Investimentos e Participações S/A	173.408,2221	272.285,59	272.667,09
Sisal Bahia Hotéis e Turismo S/A	1.632.582,0000	2.563.480,26	2.567.071,96
Sisal Rio Hotéis e Turismo S/A	252.069,9926	395.800,30	396.354,86
Hotel Portobello S/A	2.828.149,7990	4.440.760,82	4.446.982,74
Gamasa Hotéis Reunidos S/A	86.673,4200	136.094,60	136.285,28
Nova Lindóia Hotéis e Turismo S/A	908.903,2559	1.427.159,90	1.429.159,48
Salvador Praia Hotel S/A	484.392,6639	760.593,35	761.659,02
Marina Porto Búzios Hotéis e Turismo S/A	1.084.961,9631	1.703.607,27	1.705.994,19
Empreendimentos Hoteleiros e Participações BAPA S/A	3.167.394,5163	4.973.442,88	4.980.411,14
Tamengo Empreendimentos Hoteleiros S/A	1.369.715,8256	2.150.727,80	2.153.741,16
Hotel Tropicana S/A	89.606,5398	140.700,19	140.897,32
Empreendimentos Hoteleiros Entre Rios S/A	808.857,5400	1.270.068,11	1.271.847,59
IRSA Hotéis e Turismo S.A	202.716,4692	318.305,40	318.751,38
Novos Hotéis de Brasília S/A - EBEG Engenharia	277.945,0735	436.429,35	437.040,83
TOTAL	15.676.282,0836	24.614.898,12	24.649.385,95
TOTAL INVESTIDO PELO FUNGETur	49.751.939,7091	78.121.561,94	78.229.950,00

Fonte: FUNGETur

O montante liberado de recursos pelo FUNGETur foi de **R\$ 78.229.950,00 (setenta e oito milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta reais)**, atualizados em 31.12.2013, cuja aplicação se deu sob a forma de participação acionária em empresas do setor público e privado.

As participações acionárias do FUNGETur totalizam **R\$ 31.374.735,34 (trinta e um milhões, trezentos e setenta e quatro mil e setecentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos)**; distribuídas em R\$ 21.715.064,69 (vinte e um milhões, setecentos e mil, sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), provenientes de empresas públicas; e R\$ 9.659.670,65 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), de empresas privadas, representando um deságio de **R\$ 46.885.214,66 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e catorze reais e sessenta e seis centavos)**. Ou seja, de cada R\$ 1,00 (um real) investido em ações de empresas públicas e privadas, há uma perspectiva de retorno desse investimento da ordem de R\$ 0,40 (quarenta centavos).

4.4. Transferências de recursos mediante ajustes administrativos

O Ministério do Turismo e a Caixa Econômica Federal celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 01/2010, de 09 de junho de 2010, que prorroga o prazo de vigência contratual, para prestação de serviços pela Instituição financeira, na condição de agente financeiro do Fundo Geral de Turismo – FUNGETur, com vistas à realização de operações de financiamento com recursos próprios deste fundo especial.

Além da prorrogação de prazo, esse termo aditivo ratificou cláusulas contratuais que facultaram a esse agente a prática de taxas de juros condizentes com o mercado financeiro, de modo que fossem estabelecidos encargos mais flexíveis, definindo um limitador máximo – até 6,9% a.a. ou até 7,9% a.a. –, a ser fixado de acordo com o prazo total de financiamento.

O **Quadro – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios** contempla os valores das transferências financeiras ocorridas nos exercícios que especifica. (Anexo IV)

5. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

5.1. Deliberações do TCU e do OCl atendidas no exercício

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 1820/2011-TCU-Plenário, ao apreciar o TC-025.926/2010-1- SIGILOS, que trata dos resultados presentes no Relatório de Levantamento, desenvolvido de 18.10 a 19.11.2010, Acórdão 2268/2010-Plenário, com o objetivo de aprofundar o conhecimento das ações do Governo Federal relativas ao turismo, decidiu com recomendação a seguir:

“recomenda a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – SNPDTur, do Ministério do Turismo, que “dote a Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo – FUNGETur de estrutura capaz de agilizar os processos de levantamento do seu patrimônio, de execução dos acordos de acionistas eventualmente celebrados e de alienação das participações acionárias pelo BNDES, para mitigar efeitos deletérios ao patrimônio do fundo.”

Por iniciativa da Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo, foi elaborada Nota Técnica nº 006/2011, de 20 de dezembro de 2011, com abordagem das competências e atribuições dessa Unidade Administrativa, regimentalmente responsável pelos assuntos inerentes ao FUNGETur.

A Nota Técnica também abordou o papel do FUNGETur no âmbito do Plano Nacional de Turismo-PNT, com o fim de apresentar justificativas e esclarecimentos acerca dos resultados apresentados no Relatório de Levantamento, desenvolvido de 18.10 a 19.11.2010, por força do Acórdão 2.268/2010-Plenário, prolatado no âmbito do Processo TC 022.979/2010-7,

relatório esse que teve o objetivo de aprofundar o conhecimento das ações do Governo Federal relativas ao turismo.

Trouxe também considerações e ponderações relacionadas ao Acórdão 1.820/2011-TCU-Plenário (Processo TC 025.926/2010-1. SIGILOS), quando a E. Corte de Contas teceu diversas recomendações.

Relativamente à adoção das medidas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, que habilitem a Coordenação-Geral do FUNGETur a efetivamente desenvolver processo célere de levantamento do patrimônio, execução de acordos de acionistas, porventura existentes, e alienação das participações acionárias perante o BNDES, elas devem fazer parte de conjunto de providências no âmbito do Ministério do Turismo, fundamentadas em diretrizes, objetivos e metas inseridas no planejamento institucional-estratégico, instrumento de gestão capaz de apoiar a tomada de decisão.

Levando em conta o papel de instrumento de fomento das atividades turísticas, o FUNGETur é o único instrumento de acesso ao crédito público, cuja administração é exclusivamente exercida pelo Ministério do Turismo.

É primordial que os gestores desse fundo público conheçam suas especificidades como forma de desenvolverem um planejamento, adequando permanentemente as variáveis competitivas do fundo que possam afetar a *performance* de sua relação com o ambiente institucional.

As instâncias burocráticas, que nada, ou, quase nada agregam ao processo de tomada de decisão, devem ser eliminadas. A supressão dessas instâncias significa construir o processo de planejamento coerente afinado com as necessidades de fomento de recursos públicos destinados ao setor turístico.

A esta Coordenação-Geral compete colocar à disposição as informações e dados indispensáveis à construção do processo de planejamento, para que os gestores, dentro de uma visão organizacional, possam dotá-la e incorporá-la dos recursos necessários e suficientes capazes de proporcionar, além de crescimento econômico e desenvolvimento social, resultados de longo, médio e curto prazos, em diferentes dimensões do desempenho deste Ministério.

A fim de atender as recomendações daquela Corte de Contas, a Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo procedeu ao levantamento sistemático das participações acionárias desse fundo especial, objetivando detalhar, mediante acompanhamento dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações Financeiras das diversas empresas, as possibilidades de se promover o indispensável depósito desses ativos, como preconiza o Plano Nacional de Desestatização – PND.

Os Quadros VIII–A e VIII–B detalham as condições gerais das empresas, atualizadas em 31.12.2011, que possibilitem o depósito das ações no BNDES.

Quadro VIII-A – Participação acionária FUNGETUR – EMPRESA PÚBLICA

Valores em R\$

EMPRESA	UF	RECURSOS FUNGETUR	% AÇÕES FUNGETUR	TIPO AÇÕES	AÇÕES FUNGETUR (Unidade)	ACORDO ACIONISTA	ÚLTIMO BALANÇO	CAPITAL SOCIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADOS ACUMULADOS	VALOR		APTAS PARA DEPÓSITO
											PATRIMONIAL DA AÇÃO	PATRIMONIAL DO FUNDO	
ANHEMBI	SP	430.991,96	0,49%	ON	22.588	-	31/12/2012	131.790.000,00	75.897.000,00	-190.496.000,00	16,5915	3.360,06	SIM
BAHIATURSA	BA	15.195.339,46	2,01%	ON e PN	1.551.370	-	31/12/2012	430.268.771,00	5.555.325,00	-425.005.723,00	0,0719	3,58	SIM
CIPRATUR	SP	762.069,68	2,99%	ON	8.253.080	SIM	31/12/2012	7.736.648,83	16.974.712,06	-	0,0614	2,06	-
CODECE	CE	136.446,18	0,19%	ON	29.151	-	31/12/2012	15.489.000,00	18.148.000,00	-5.558.000,00	1,1716	622,55	SIM
CURITIBA	PR	2.359.879,35	16,85%	ON	1.710.259	SIM	31/12/2012	7.227.000,00	6.001.000,00	-1.226.000,00	0,5912	3,51	-
DATANORTE	RN	339.383,96	0,02%	ON	327	SIM	31/12/2008	1.954.853,00	-24.658.740,00	-120.713.988,00	Neg.	Neg.	-
EMSETUR	SE	486.607,49	1,55%	ON	47.719	-	31/12/2012	34.550.951,00	12.647.586,86	-34.976.445,36	4,1096	265,04	SIM
FENAC	RS	115.103,44	3,79%	PN	131	-	31/12/2012	5.604.950,00	30.499.352,33	0,00	8.835,2701	232.819,48	SIM
FOZ DO IGUAÇU	PR	5.028.741,80	8,28%	ON	2.241.798	SIM	31/12/2012	28.590.956,23	11.033.107,62	-21.679.853,78	0,4074	4,92	-
PROMINAS	MG	5.096.730,26	7,02%	ON	2.847.072	-	31/12/2012	40.570.893,00	22.468.318,00	-18.128.343,00	0,5538	7,89	SIM
RIOCENTRO	RJ	6.272.847,70	9,24%	PN	7.329.208	-	31/12/2012	79.295.844,00	-8.669.372,51	-87.965.197,57	Neg.	Neg.	SIM
SANTUR	SC	133.452,23	2,94%	ON	103.777	-	31/12/2012	3.528.671,00	928.717,03	-2.968.381,85	0,2632	8,95	SIM
SELTUR	MG	1.693.314,96	1,72%	ON	737.621	SIM	31/12/2012	9.644.921,55	1.917.121,01	-7.727.800,54	0,0448	2,60	-
SENETUR	SP	1.804.513,58	42,50%	ON	15.166.205	-	31/12/2012	4.011.281,65	4.340.015,28	-4.819.399,62	0,1216	0,29	SIM
RIMO	PI	387.096,98	4,33%	ON	318.561	-	31/12/1999	-	-	-	-	-	-
CAIOBÁ	PR	663.781,32	32,55%	ON	3.729.699	SIM	31/12/1994	-	-	-	-	-	-
CONCLAVE	PI	399.551,02	4,75%	ON	36.045	-	31/12/1990	-	-	-	-	-	-

Fonte: FUNGETur – Balanços Patrimoniais e Demonstrações Financeiras das empresas públicas

Quadro VIII-B – Participação acionária FUNGETUR – EMPRESA PRIVADA

Valores em R\$

EMPRESA	UF	RECURSOS FUNGETUR	% AÇÕES FUNGETUR	TIPO AÇÕES	AÇÕES FUNGETUR (Unidade)	ACORDO ACIONISTA	ÚLTIMO BALANÇO	CAPITAL SOCIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADOS ACUMULADOS	VALOR		APTAS PARA DEPÓSITO
											PATRIMONIAL DA AÇÃO	PATRIMONIAL DO FUNDO	
BAPA	RJ	4.980.411,14	18,48%	ON	1.521.059	SIM	31/12/98	-	-	-	-	-	-
CIA. PERNAMBUCANA	PE	232.870,68	5,41%	ON	274.935	-	31/12/11	-	-	-	-	-	-
COPACABANA RIO	RJ	1.340.217,82	20,57%	ON	2.010.410	SIM	31/12/09	-	-	-	-	-	-
ENTRE RIOS	MS	1.271.847,60	0,33%	ON	378.512	SIM	31/12/91	-	-	-	-	-	-
GAMASA	SC	136.285,29	7,70%	ON	20.633	SIM	31/12/06	-	-	-	-	-	-
IRSA	RJ	318.751,38	10,32%	PN	11.146.092	-	31/12/91	-	-	-	-	-	-
NOVA LINDÓIA	SP	1.429.159,48	17,05%	PN	652.589	-	31/12/11	-	-	-	-	-	-
NOVOS HOTÉIS	DF	437.040,83	15,95%	PN	845.363.631	-	31/12/87	-	-	-	-	-	-
PORTOBELLO	RJ	4.446.982,74	4,96%	ON	375	SIM	31/12/11	-	-	-	-	-	-
SALVADOR PRAIA	BA	761.659,02	12,35%	PN	17.857.142	-	31/12/00	-	-	-	-	-	-
SANTAMARIENSE	RS	441.640,69	18,02%	ON	640.073	-	31/12/12	3.552.878,81	4.083.208,37	0,00	1,1493	6,38	SIM
SISAL BAHIA	BA	2.567.071,94	9,56%	PN	89.339	-	31/12/05	-	-	-	-	-	-
SISAL RIO	RJ	396.354,86	4,27%	PN	48.450.133	-	31/12/05	-	-	-	-	-	-
TAMENGO	MS	2.153.741,16	38,27%	PN	1.035.753	SIM	31/12/94	-	-	-	-	-	-
TROPICANA	PB	140.897,32	14,10%	PN	1.334.680	-	31/12/92	-	-	-	-	-	-
LAJE DE PEDRA	RS	1.615.792,72	0,60%	PN	63.465	-	31/12/12	49.739.100,00	24.286.600,00	-34.642.132,00	2,3012	Neg.	-
MARINA P. BÚZIOS	RJ	1.705.994,19	22,17%	ON	48.744.971	SIM	31/12/09	-	-	-	-	-	-
HOTELEIRA	RS	272.667,09	2,31%	ON	45.948.473	SIM	31/12/12	1.618.599,88	165.695,93	-1.452.903,95	0,0001	Neg.	-

Fonte: FUNGETur – Balanços Patrimoniais e Demonstrações Financeiras das empresas privadas

O Acórdão TCU nº 199/2014 – 2ª Câmara recomendou ao Ministério do Turismo – MTur que promova estudos para a adoção de indicadores de desempenho específicos que demonstrem de forma clara os impactos das ações Fundo Geral de Turismo nos resultados obtidos na condução dos objetivos sobre sua responsabilidade, para avaliação da eficiência, eficácia e efetividade de sua atuação, de forma a fortalecer sua governança e a prestação de contas de suas ações à sociedade.

Nesse sentido, a Coordenação-Geral do Fundo Geral de Turismo, do Ministério do Turismo, elaborou plano de diretrizes para desenvolvimento de estudos técnicos destinados à estruturação de indicadores de desempenho institucionais, alinhados ao:

- a) Plano Nacional de Turismo – PNT, instrumento de gestão pública cuja finalidade é explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do turismo; e
- b) papel do FUNGETur, no bojo da Política Nacional de Turismo, compreendendo ações de fomento à infraestrutura turística, em sintonia com as diretrizes do PNT, notadamente, quando relacionadas aos programas de desenvolvimento e adequação de linhas de crédito, que empregam recursos do fundo, destinados à implantação, ampliação ou modernização de empreendimentos turísticos.

Além de a atuação precípua do fundo estar fundamentalmente afinada com as Diretrizes, Objetivos e Metas inseridas no processo de Planejamento institucional-estratégico.

Nessa mesma linha, foram traçados alguns objetivos gerais e específicos a serem alcançados ao longo do desenvolvimento dos estudos, quais sejam:

- a) imprimir ênfase ao papel do Fundo Geral de Turismo como mecanismo operacional de canalização de recursos e fonte essencial de fomento e provisão de recursos, atuando como suporte financeiro ao setor turístico e servindo de instrumento estratégico de gestão no contexto do Plano Nacional de Turismo;
- b) tornar os indicadores de desempenho específicos do Fundo Geral de Turismo meios de avaliação e controle das estratégias definidas pelo Ministério do Turismo, no âmbito das atribuições e competências desse fundo público; passando a representar um facilitador no processo de gerenciamento e tomada de decisão orientado para os resultados institucionais;
- c) realizar diagnóstico do Fundo Geral de Turismo para identificar suas limitações e potencialidades, associando experiências passadas e perspectivas de oportunidades futuras, no contexto que viabilize as iniciativas de fomento concentradas numa política de crédito para o setor;
- d) propor a padronização dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, incorporando o significado de cada um deles aos atos de gestão, praticados no âmbito desse fundo, conferindo uma visão gerencial e sistêmica da atuação do FUNGETur; e
- e) estabelecer mecanismos que consagrem maior grau de governança sobre os recursos pertencentes ao Fundo Geral de Turismo.

Esse plano de diretrizes deverá ser submetido à consideração das instâncias deliberativas, no sentido de que seja determinado o desenvolvimento dos estudos propostos.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

O ano de 2013 foi um ano desafiador. Diversos fatores externos e internos, como a elevação da taxa de juros para conter a resistência de um processo inflacionário, e as sucessivas alterações de gestores do fundo, exigiram empenho ostensivo da Administração dirigido à consolidação institucional e organizacional do Fundo Geral de Turismo.

Diante de um cenário de incertezas, a linha de crédito estruturada com recursos desse fundo perdeu dinamismo em suas operações, pois, as condições de financiamento tornaram-se incompatíveis com a tendência de mercado e a orientação governamental para que essas taxas alcancem patamares minimamente aceitáveis.

Esse desafio requereu dos gestores públicos a iniciativa de ajustar os encargos financeiros, como forma de imprimir à atual estrutura da linha de crédito atratividade e competitividade perante as demais ofertas de crédito concorrentes.

De plano, a medida inicial foi facultar ao agente financeiro maior grau de liberdade na definição da taxa de juros de maneira que os encargos fossem mais flexíveis e passassem a ser fixados de acordo com o prazo total de financiamento. Essa medida deixou de surtir os efeitos esperados. Frustram-se as perspectivas de se alavancar o volume de recursos a ser aplicado em atividades turísticas.

O MTur está promovendo estudos no sentido de fortalecer a estrutura organizacional do FUNGETur, como maneira de conferir a este fundo de financiamento a condição de instrumento facilitador de acesso ao crédito público, destinando recursos financeiros ao financiamento de projetos ou programas turísticos.

Nessa linha, o MTur iniciou ação junto ao atual agente financeiro no propósito de flexibilização das condições gerais de operação e ampliação das modalidades de aplicação dos recursos do fundo. Com isso, visa a promover ajustes direcionados à redução da taxa de juros, aplicadas aos financiamentos, estender a concessão de crédito a micro e pequenas empresas, e fortalecer sobremaneira os aspectos da competitividade da linha de crédito.

O plano de atividades do Fundo Geral de Turismo – FUNGETur, a ser dirigido ao longo de 2014, terá seu cerne em quatro aspectos fundamentais, são eles:

Reestruturação institucional do Fundo Geral de Turismo

Visa a conferir à atual estrutura organizacional do Fundo Geral de Turismo instrumentos capazes de permitir o tratamento de políticas públicas no plano de fomento ao turismo nacional, sob o domínio de competência do Ministério do Turismo, que promovam o aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa quando da aplicação de seus recursos.

Redução das participações acionárias do Fundo Geral de Turismo em diversas empresas públicas e privadas

Objetiva dar continuidade ao cumprimento fiel dos dispositivos normativos que regem o Plano Nacional de Desestatização, perante o Fundo Nacional de Desestatização –

FND, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Alteração das condições gerais de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo

Visa a ampliação das modalidades de aplicação dos recursos do FUNGETur, bem como, de tornar mais flexíveis as condições gerais de aplicação dos recursos, mediante a promoção de ajustes nos encargos financeiros como forma de estender a concessão de crédito a micro e pequenas empresas de turismo.

Fortalecimento das fontes de receita do Fundo Geral de Turismo

Visa à prospecção de outras fontes de receitas, a serem agregadas àquelas legalmente previstas, como forma de capitalização do FUNGETur.

As atividades encerradas em 2013 propiciaram a geração de receitas no montante de R\$ 42,5 milhões, assim distribuídas: R\$ 14,7 milhões, referentes à amortização de financiamentos concedidos; R\$ 11,2 milhões, provenientes da remuneração do capital (juros) do capital próprio; e R\$ 16,6 milhões, decorrentes de rendimentos das aplicações na Conta Única do Tesouro Nacional. Essa soma deverá ser objeto de reinvestimentos sob a forma de novos projetos.

O FUNGETur, em 2013, alcançou um Ativo Real de R\$ 391 milhões, que registrou crescimento de 8% (oito por cento), se comparado a 2012 (R\$ 362 milhões). A carteira de financiamento apresentou evolução de 19,5% (dezenove vírgula cinco por cento), registrando saldo de R\$ 75 milhões.

O Patrimônio Líquido importou em R\$ 391 milhões superior em 8% (oito por cento) em relação a 2012 (R\$ 362 milhões).

O desempenho apresentado pelas operações geradas com recursos desse fundo de financiamento propiciou um superávit de R\$ 43,5 milhões.

O resultado alcançado ilustra a potencialidade do FUNGETur em democratizar o acesso ao financiamento, ao tempo em que contribui para o alcance de importante objetivo da política governamental: reduzir diferenças regionais ao atuar como fonte geradora de emprego e renda.

Assegurar novas fontes de recursos para o fundo será fundamental. O principal desafio é equipar o FUNGETur para o ciclo de desenvolvimento sustentado que se vislumbra para o país, que demandará pesados investimentos em infraestrutura.

A publicidade desses resultados significa muito mais que a abertura dos seus números. Por trás de cada item está um conjunto de iniciativas e atitudes que solidifica a trajetória de um corpo técnico ético, responsável e profissional.

Além dos financiamentos concedidos, outra modalidade de aplicação consistiu no aporte de recursos do fundo em empresas de caráter público ou privado, sob a forma de participação acionária.

A EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo, então gestora do fundo, ajuizou contra essas empresas diversas ações no Poder Judiciário buscando recuperar os valores liberados a título de recursos integralizados no capital social de cada empresa. São 17 (dezesete) ações ajuizadas.

Os gestores do fundo com apoio da Consultoria Jurídica do MTur e da Procuradoria da EMBRATUR vem acompanhando esses processos e, eventualmente, contribuindo com dados e informações a esse respeito quando requeridas pelos órgãos jurisdicionais.

O levantamento a seguir apresenta a situação atual das ações judiciais patrocinada pelo EMBRATUR.

25/03/2014 11:41				
Instituição	Nº Processo	Tipo de Ação	Situação Atual	Observação
- Companhia Des. Ind. Turismo Ceará S/A - CODITUR	93.0006764-8	Conhecimento / Dissolução	* Sentença prolatada em 12/09/2012 - julgou improcedente a ação.	*Processo remetido ao TRF5 em grau de Recurso - Apelante União.
- Empreendimentos Hoteleiros Entre Rios S/A - MS	93.0001393-9	Conhecimento / Dissolução	* Sentença prolatada em 06/12/2005, julgou procedente a ação.	*AGU requereu o cumprimento de sentença.
- Gamasa Hotéis e Turismo S/A - SC	93.0004366-8 / RESP 398234	Conhecimento / Dissolução	* Agravo Regimental no Recurso Especial que reconsiderou decisão para dar provimento ao recurso especial e restabelecer a sentença de primeiro grau. Dissolvendo a sociedade nos termos do art. 206 da Lei nº 6.404/76, inciso II, "b".	* Sentença prolatada em 25/09/2013, julgou extinta a execução com base no art. 794, I do CPC. Admplido a obrigação. * Em 14/01/2013 Trânsito em Julgado
- Hotel Tropicana S/A - PB	93.0007551-9 / RESP00202228 199900069358	Conhecimento / Dissolução	* Arquivado sem Execução em 11/12/02	* Tendo em vista a inércia do promovido, em requerer a execução dos hon. Adv., remetam-se os autos ao Distribuidor para baixa. *Processo está na CONT. - PGF
- PB-TUR Hotéis S/A	94.0011229-7	Conhecimento / Dissolução	* Processo estava suspenso por haver possibilidade das partes chegarem a um acordo extrajudicial que encerre a lide.	* Processo nº: 94.0007392-5 - Arquivado (Sem Execução) em 15/4/04. Em que o requerente não se pronunciou. Declarado Extinção do Processo Sem Exame do Mérito. *Processo está na PRF - 5ª REG.
- Centro de Convenções de Caioabá S/A - PR	2001.70.08.003465-8	Conhecimento / Dissolução	*Processo baixa em definitivo com sentença prolatada sem resolução de mérito, por AGU e PGF declaram não ser de sua competência o prosseguimento da	*Processo está na PU - PR , nos próx. será transferido para PF.
- Companhia Pernambucana de Hotéis e Turismo - PE	95.0001131-0 / 97.05.17082-7 RESP 613983	Conhecimento / Exibição de Documentos	* Conclusão ao Ministro do STJ em 03/03/04 em que a Companhia recorre de sentença em favor da EMBRATUR	* Concluso ao juiz em 05/12/95 para Sentença *Processo CONT. PGF
EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco S/A	94.0016018-6 / 2002.05.00.030798-0	Conhecimento / Exibição de Documentos	* Ação transitada em julgado EBT parte vencedora requereu a execução do julgado * Houve depósito do valor relativo à execução	*Extinta a execução em face da quitação do débito exequendo.
- CONCLAVE Empreendimentos Turísticos e Culturais S/A - PI	93.00.03821-4	Conhecimento / Exibição de Documentos	* Em 25/2/05 Baixa Arquivados	*Processo nº: 93.00.03021-3 - Em 15/02/05 Baixa Remetidos para Execução de Sentença. *Processo está na PUPI
SISAL BAHIA – Hotéis e Turismo S/A	95.0000510-7 / 1998.33.00.012637-0	Conhecimento / Exibição de Documentos	*Em cumprimento de Sentença * Baixa remetidos para Execução Sentença - Transformado em execução diversa p/ Título Judicial Nº: 98.126370.	* Processo nº: 1998.33.00.012637-0 - Em 20/04/05 - Petição/Ofício/Documento: Recebido em secretaria. *Processo está na PF - BA
- Copacabana Rio S/A	2001.5101005323-4	Cautelar com Prova Antecipada	* Sem informação no (site) *Concluso ao Juiz em 20/05/04 p/ Sentença Sem Liminar	* Sem informação
- Empreendimentos Hoteleiros BAPA S/A - RJ	98.0020206-4 / 2004.51.01.004321-7	Cautelar com Prova Antecipada	* Sem informação no (site) *Concluso ao Juiz Luiz Paulo em 19/04/05 para despacho Sem Liminar	* Sem informação
- Novos Hotéis de Brasília S/A	1998.34.00.030896-4	Cautelar com Prova Antecipada	* Transito julgado: Certificado em 20/09/04	* Em 24/11/04 Baixa Arquivados - Guia 30/04
- Tamengo Empreendimentos Hoteleiros S/A - MS	2002.60.00.001888-7	Cautelar com Prova Antecipada	* Conclusão para Sentença em 06/06/2014	

Fonte: EMBRATUR/FUNGETur/Sitios da Justiça Federal

ANEXO I

Demonstrações contábeis e notas explicativas

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
FUNDO GERAL DE TURISMO - FUNGETur		187002	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa por não ser disponível no SIAFI foi elaborada pela contabilidade, os demonstrativos são regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASÍLIA - DF	Data	28/03/2014
Contador Responsável	HUGO ARAÚJO LUCENA	CRC nº	023095/O-4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002/00001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

EXERCÍCIO	MES
2013	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
14/01/2014	1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	29.621.430,00	29.621.430,00	27.931.791,29	1.689.638,71	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	33.201.924,00	33.201.924,00	0,00	33.201.924,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	22.665.163,00	22.665.163,00	16.699.934,15	5.965.228,85	DESPESAS DE CAPITAL	33.201.924,00	33.201.924,00	0,00	33.201.924,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	6.956.267,00	6.956.267,00	11.231.857,14	-4.275.590,14	INVERSOES FINANCEIRAS	33.201.924,00	33.201.924,00	0,00	33.201.924,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.580.494,00	3.580.494,00	15.597.627,24	-12.017.133,24					
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	901.608,52	-901.608,52					
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	3.580.494,00	3.580.494,00	14.696.018,72	-11.115.524,72					
SUBTOTAL I	33.201.924,00	33.201.924,00	43.529.418,53	-10.327.494,53	SUBTOTAL I	33.201.924,00	33.201.924,00	0,00	33.201.924,00
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	11.067.308,00	0,00	11.067.308,00					
TOTAL	33.201.924,00	44.269.232,00	43.529.418,53	739.813,47	TOTAL	33.201.924,00	33.201.924,00	0,00	33.201.924,00
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	43.529.418,53	-43.529.418,53
TOTAL GERAL	33.201.924,00	44.269.232,00	43.529.418,53	739.813,47	TOTAL GERAL	33.201.924,00	33.201.924,00	43.529.418,53	-10.327.494,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTÍTULO	187002/00001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54000 - MINISTERIO DO TURISMO

EXERCÍCIO	MES
2013	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
14/01/2014	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
ORCAMENTARIAS	43.529.418,53	62.026.098,10	ORCAMENTARIAS	14.707.799,73	35.361.985,58
RECEITAS CORRENTES	27.931.791,29	26.664.112,52	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	32.119.487,00
RECEITA PATRIMONIAL	16.699.934,15	18.727.493,66	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	32.119.487,00
RECEITA DE SERVICOS	11.231.857,14	7.936.618,86	MUTACOES PASSIVAS	14.707.799,73	3.242.498,58
RECEITAS DE CAPITAL	15.597.627,24	3.242.498,58	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	14.707.799,73	3.242.498,58
ALIENACAO DE BENS	901.608,52	0,00	ALIENACAO DE BENS	11.781,02	0,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	14.696.018,72	3.242.498,58	LIQUIDACAO DE CREDITOS	14.696.018,71	3.242.498,58
MUTACOES ATIVAS	0,00	32.119.487,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	14.696.018,72	26.436.646,58
INCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	32.119.487,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	14.696.018,72	3.242.498,58
INCORPORACAO DE CREDITOS	0,00	32.119.487,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	14.696.018,72	3.242.498,58
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	14.696.018,72	26.437.152,90	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	23.194.148,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	14.696.018,72	3.242.498,58	INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	23.194.148,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	14.696.018,72	3.242.498,58	RESULTADO PATRIMONIAL	28.821.618,80	26.664.618,84
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	23.194.654,32	SUPERAVIT	28.821.618,80	26.664.618,84
INCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	23.194.148,00			
INCORPORACAO DE DIREITOS	0,00	23.194.148,00			
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	497,37			
AJUSTES DE CREDITOS	0,00	497,37			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	8,95			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	58.225.437,25	88.463.251,00	VARIACOES PASSIVAS	58.225.437,25	88.463.251,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002/00001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

EXERCÍCIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 14/01/2014	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
ATIVO FINANCEIRO	182.714.706,49	139.185.287,96	PASSIVO FINANCEIRO	78.402,72	78.402,72
DISPONÍVEL	182.714.706,49	139.185.287,96	DEPÓSITOS	78.402,72	78.402,72
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	182.714.706,49	139.185.287,96	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	78.402,72	78.402,72
ATIVO NÃO FINANCEIRO	208.396.504,32	223.104.304,05	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	944.602,77	944.602,77	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	944.602,77	944.602,77	PASSIVO REAL	78.402,72	78.402,72
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	944.602,77	944.602,77	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	391.032.808,09	362.211.189,29
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	153.375.575,80	168.071.594,51	PATRIMÔNIO/CAPITAL	362.211.189,29	0,00
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	153.375.575,80	168.071.594,51	PATRIMÔNIO	362.211.189,29	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	153.375.575,80	168.071.594,51	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	-1.003.134,04
PERMANENTE	54.076.325,75	54.088.106,77	RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	336.549.704,49
INVESTIMENTOS	54.076.325,75	54.088.106,77	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	336.549.704,49
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	54.076.325,75	54.088.106,77	AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00
ATIVO REAL	391.111.210,81	362.289.592,01	RESULTADO DO PERÍODO	28.821.618,80	26.664.618,84
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	391.111.210,81	362.289.592,01
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-362.289.592,01	-335.624.973,17
ATIVO COMPENSADO	535.571,64	535.571,64	PASSIVO COMPENSADO	535.571,64	535.571,64
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	535.571,64	535.571,64	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	535.571,64	535.571,64
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	8.924,29	8.924,29	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.924,29	8.924,29
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	526.647,35	526.647,35	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	526.647,35	526.647,35
ATIVO	391.646.782,45	362.825.163,65	PASSIVO	391.646.782,45	362.825.163,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002/00001 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

EXERCÍCIO	MES
2013	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
14/01/2014	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
RECEITAS CORRENTES	27.931.791,29	26.664.112,52	OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	16.699.934,15	18.727.493,66	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	32.119.487,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.231.857,14	7.936.618,86	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	32.119.487,00
RECEITAS DE CAPITAL	15.597.627,24	3.242.498,58	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	14.696.018,72	3.242.498,58
ALIENACAO DE BENS	901.608,52	0,00	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14.696.018,72	3.242.498,58
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	14.696.018,72	3.242.498,58	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	14.696.018,72	3.242.498,58
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	78.402,72	46.975.396,67
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	14.696.018,72	3.242.498,58	DEPOSITOS	78.402,72	78.411,67
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14.696.018,72	3.242.498,58	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	78.402,72	78.411,67
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	14.696.018,72	3.242.498,58	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	46.896.985,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	78.402,72	23.781.248,67	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	0,00	23.194.148,00
VALORES EM CIRCULACAO	0,00	23.702.837,00	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	0,00	23.702.837,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	0,00	23.702.837,00			
DEPOSITOS	78.402,72	78.402,72			
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	78.402,72	78.402,72			
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	0,00	8,95			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	8,95			
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	8,95			
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT	139.185.287,96	164.592.311,86	DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	182.714.706,49	139.185.287,96
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	139.185.287,96	164.592.311,86	CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	182.714.706,49	139.185.287,96
INGRESSOS	197.489.127,93	221.522.670,21	DISPÊNDIOS	197.489.127,93	221.522.670,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	Demonstração do Fluxo de Caixa
SUBTÍTULO	187002/00001 - Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Método Direto)

	2013	2012
Atividades Operacionais		
Rendimentos de Aplicações do Caixa Único	16.656.058,84	18.661.819,53
Recebimentos de Juros dos Agentes Financeiros	11.231.857,14	7.936.618,86
Recebimento de Dividendos	43.875,31	65.674,13
Recursos repassados para CAIXA	0,00	-79.016.472,00
Caixa Líquido Gerados/(Utilizados) nas Atividades Operacionais	27.931.791,29	-52.352.359,48
Atividades de Investimento		
Retornos de Recursos repassados a Agentes Financeiros	14.696.018,72	3.242.498,58
Alienação de Participação Societária	901.608,52	0,00
Caixa Líquido Gerados nas Atividades de Investimentos	15.597.627,24	3.242.498,58
Atividades de Financiamento		
Recursos Disponibilizados a repassar para CAIXA	0,00	0,00
Recursos Disponibilizados não repassados à CAIXA	0,00	0,00
Caixa Líquido Gerados nas Atividades de Financiamentos	0,00	0,00
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício	43.529.418,53	-49.109.860,90
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício	139.185.287,96	188.295.148,86
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Exercício	182.714.706,49	139.185.287,96

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

01 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404/1976, atualizados pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.949/2009, e da Lei nº 4.320/1964, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União.

02 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento aprovado para o exercício de 2013 foi de R\$ 33.201.924,00 (Trinta e três milhões, duzentos e um mil, novecentos e vinte e quatro reais), o que gerou um acréscimo de 3,3% em relação ao exercício anterior.

A arrecadação da receita corrente foi de R\$ 27.931.791,29 (Vinte e sete milhões, novecentos e trinta e um mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos).

A arrecadação da receita de capital foi de R\$ 15.597.627,24 (Quinze milhões, quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos).

03 - BALANÇO FINANCEIRO

Receitas Patrimoniais monta R\$ 16.699.934,15 (Dezesseis milhões, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais e quinze centavos), referem-se:

- Rendimentos sobre aplicações da Conta Única do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 16.656.058,84 (Dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), e
- Dividendos recebidos no valor de R\$ 43.875,31 (Quarenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Receitas de Serviços no total de R\$ 11.231.857,14 (Onze milhões, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos) refere-se a remuneração dos juros cobrados dos Mutuários em relação aos financiamentos concedidos pelos Agentes Financeiros, com recursos pertencentes ao FUNGETur.

Amortização de Empréstimos/Financiamentos no total de R\$ 14.696.018,72 (Quatorze milhões, seiscentos e noventa e seis mil, dezoito reais e setenta e dois centavos) refere-se aos recursos financeiros recolhidos pelos Agentes Financeiros, relativos à amortização de dívida proveniente de operações de créditos com recursos do FUNGETur.

Disponibilidade para o exercício seguinte monta em R\$ 182.714.706,49 (Cento e oitenta e dois milhões, setecentos e quatorze mil, setecentos e seis reais e quarenta e nove centavos).

04 - BALANÇO PATRIMONIAL

Empréstimos e Financiamentos o saldo de R\$ 152.550.286,21 (Cento e cinquenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos), esses recursos são disponibilizados à Caixa Econômica Federal para financiamentos de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional, de acordo com o parágrafo único do art. 19 do Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966.

A conta **1.2.2.3.2.01.00 – Financiamentos Concedidos**, parte do seu montante no valor de R\$ 825.289,59 (Oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) foi reclassificado para a conta 1.2.2.3.6.00.00 – Empréstimos e Financiamentos em Cobrança Judicial, em decorrência de liquidação extra-judicial dos bancos Berj e Banerj, conforme processo n° 01720.000411/97-57.

Participação Societária, o montante de R\$ 54.088.106,77 (Cinquenta e quatro milhões, oitenta e oito mil, cento e seis reais e setenta e sete centavos), refere-se à participação decorrente de aportes de recursos no capital de empresas sob controle público e privado, cujos registros foram efetuados ao custo de aquisição acrescido da correção monetária.

Contas Patrimoniais:

A conta **1.1.2.2.9.08.00 – Diversos Responsáveis**, constitui direito do FUNGETur em relação aos processos de Tomadas de Contas Especiais, oriundos dos convênios não aprovados. Atualmente, a conta apresenta a monta de R\$ 944.602,77 (Novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e setenta e sete centavos).

A conta de Participações em Empresas, constitui direito do FUNGETur em relação à Empresas Públicas e Privadas. A receita de Alienação de Títulos Mobiliários no valor de R\$ 901.608,52 (Novecentos e um mil, seiscentos e oito reais e cinquenta e dois centavos) se deu em virtude da alienação das ações de propriedade do FUNGETur decorrente da participação acionária da Companhia Praiagrandese de Turismo – CIPRATUR com ágio computado no montante de R\$ 387.028,76 (Trezentos e oitenta e sete mil, vinte e oito reais e setenta e seis centavos), e por força de acordo de acionistas houve ingresso de valores residuais provenientes da empresa FENAC, de acordo com a Ata da Assembléia Extraordinária – AGE, onde definiu o grupamento de ações. Tais alienações ocorreram em consonância com o Plano Nacional de Desestatização – PND.

05 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Este demonstrativo pode ser comparado à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) exigida pela Lei n° 6.404/1976, considerando que nessa demonstração calcula-se a apuração do resultado.

O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 demonstra um resultado superavitário em R\$ 28.821.618,80 (Vinte e oito milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e oitenta centavos), denotando que o FUNGETUR vem justificando o objetivo inicial de sua criação e, atendendo de forma plena as disposições contidas no Decreto-lei n° 55, de 18 de novembro de 1966.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS



MINISTÉRIO DO TURISMO

Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO



Declaro para fins de comprovação junto à Controladoria-Geral da União, que os servidores abaixo relacionados apresentaram à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas o Formulário “*Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física*” autorizando o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, referentes ao exercício de 2013, conforme disposto na Lei nº 8.429, 2 de junho de 1992 e na Lei nº 8.730, 10 de novembro de 1993.

1. Hugo Araújo Lucena;
2. Ricardo José Stefani;
3. Roberto Coelho Flausino;
4. Sérgio Silva Baptista;
5. Vandir Chalegra Cassiano.

Brasília, 31 de março de 2014.

ELISA MIDORI OKAMURA
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas Substituta

ANEXO III

ROL DOS RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		FUNDO GERAL DE TURISMO				
DADOS DO RESPONSÁVEL						
Nome:	GASTÃO DIAS VIEIRA			CPF:	011.965.533-00	
Endereço Residencial:	SQN, QUADRA 202, BLOCO I, APTO. 504 – ASA NORTE					
Cidade:	BRASÍLIA		UF:	DF	CEP:	70832-090
Telefone:	2023-7002		Fax:		e-Mail:	gastao.vieira@turismo.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ				
Nome do Cargo ou Função:		MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DECRETO	15/09/2011			01/01/2012	31/12/2012	

UNIDADE JURISDICIONADA		FUNDO GERAL DE TURISMO						
DADOS DO RESPONSÁVEL								
Nome:	FABIO RIOS MOTA					CPF:	490.057.235-72	
Endereço Residencial:	SHTN TRECHO 1 CONJUNTO 2, APART. H-208							
Cidade:	BRASÍLIA				UF:	DF	CEP:	70800-210
Telefone:	2023-7901			Fax:			e-Mail:	fabio.mota@turismo.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO								
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		ORDENADOR DE DESPESA POR DELEGAÇÃO						
Nome do Cargo ou Função:		SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO						
Ato de Designação			Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número		Data	Nome e número		Data	Início	Fim	
PORTARIA Nº67		17/02/2012				17/02/2012	31/12/2012	

UNIDADE JURISDICIONADA		FUNDO GERAL DE TURISMO							
DADOS DO RESPONSÁVEL									
Nome:	HERMANO GONÇALVES DE SOUZA CARVALHO					CPF:	326.648.774-53		
Endereço Residencial:		SQS 316 BLOCO A APT. 302							
Cidade:	BRASÍLIA				UF:	DF	CEP:	70.387-050	
Telefone:	2023-7676			Fax:			e-Mail:	hermano.carvalho@turismo.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO									
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		GESTOR FINANCEIRO							
Nome do Cargo ou Função:		DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANCIAMENTO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO TURISMO							
Ato de Designação		Ato de Exoneração				Período de gestão no exercício			
Nome e número		Data		Nome e número		Data		Início	Fim
PORTARIA Nº03		12/03/2012						12/03/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		FUNDO GERAL DE TURISMO					
DADOS DO RESPONSÁVEL							
Nome:	ROBERTO COELHO FLAUSINO					CPF:	116.964.191-15
Endereço Residencial:	SQS 403 BLOCO L APT. 302						
Cidade:	BRASÍLIA				UF:	DF	CEP: 70.237-120
Telefone:	2023-8010		Fax:			e-Mail:	roberto.flausino@turismo.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		ORDENADOR DE DESPESA POR DELEGAÇÃO					
Nome do Cargo ou Função:		COORDENADOR-GERAL DO FUNDO GERAL DE TURISMO					
Ato de Designação		Ato de Exoneração				Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
PORTARIA Nº03	12/03/2012			12/03/2012	31/12/2012		

UNIDADE JURISDICIONADA		FUNDO GERAL DE TURISMO					
DADOS DO RESPONSÁVEL							
Nome:	HUGO ARAÚJO LUCENA					CPF:	021.019.751-06
Endereço Residencial:	QE 15 CONJUNTO P CASA 48 – GUARÁ II						
Cidade:	GUARÁ				UF:	DF	CEP: 71.050-161
Telefone:	2023-8014		Fax:			e-Mail:	hugo.lucena@turismo.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE					
Nome do Cargo ou Função:		CONTADOR					
Ato de Designação		Ato de Exoneração				Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
PORTARIA Nº03	12/03/2012			12/03/2012	31/12/2012		

ANEXO IV

RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MINISTÉRIO DO TURISMO					
CNPJ:	05.457.283/0002-08					
UG/GESTÃO:	187002					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse	01	01	01		79.016.472,00	
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	01	01	01		79.016.472,00	

Fonte: FUNGETUR